

**EM DEFESA DA ESCOLA PÚBLICA, DO EMPREGO,  
DO SALÁRIO E DAS CONDIÇÕES DE TRABALHO.**

## Luta dos Professores **CONTRA a SPPREV** e pelo **ATENDIMENTO DAS REIVINDICAÇÕES** salariais, profissionais e educacionais **CONTINUA!**

Nossa categoria, articulada com todo o funcionalismo, vem dando demonstrações de força e organização em defesa dos seus direitos e da qualidade do processo de ensino-aprendizagem na escola pública.

Em meados do mês de abril, Serra retomou na Assembléia Legislativa a tramitação dos Projetos de Lei Complementares 30, 31 e 32 (do governo Alckmin), que alteram a previdência estadual, criando uma nova autarquia, a SPPrev. A partir daí, passou a utilizar emendas aglutinativas, piorando ainda mais o projeto.

As mobilizações têm obrigado o governo José Serra a recuar e modificar seu projeto previdenciário. Porém, as alterações não atendem o conjunto das nossas reivindicações. Nossa luta continua!

### Os principais problemas da primeira emenda aglutinativa:

- ✓ retirada dos admitidos pela Lei 500 (inclusive ACTs) e estáveis do sistema; remetendo-os para o INSS (há professores admitidos pela Lei 500 que já estão bem próximos da aposentadoria);
- ✓ centralização da gestão nas mãos do governo. Os servidores não participariam da Diretoria Executiva e não haveria paridade nos Conselhos de Administração;
- ✓ não reconhecimento do montante da dívida do Estado com o IPESP – R\$ 63 bilhões já em 1999;
- ✓ possibilidade de confisco salarial, através de futuros aumentos nas alíquotas de contribuição para todos os servidores, pois não fixa o seu teto (o piso é de 11%);
- ✓ institucionalização do não reconhecimento do direito dos professores aposentados à isonomia salarial com os da ativa, pois seus proventos passarão a ser pagos diretamente pela SPPrev.
- ✓ não incorpora os novos contratados e não assegura que o sistema, por ser um regime de repartição, possa ter novos contribuintes,

abrindo a possibilidade de, futuramente, adotar um regime de capitalização.

A mobilização da categoria, em conjunto com os demais setores do funcionalismo, foi imediata e massiva. Mais de 20 mil professores e professoras realizaram no dia 25 de abril uma grande manifestação, seguida de assembleia, diante da Assembléia Legislativa. A denúncia do projeto junto à sociedade e a decretação da greve a partir do dia 4 de maio forçaram o governo a recuar, apresentando nova proposta.

### O governo lançou outra emenda aglutinativa, alterando essencialmente dois pontos:

- ✓ os admitidos pela Lei 500 (como os ACTs) e estáveis que estiverem no serviço público na data de entrada em vigor da nova lei não mais seriam excluídos do novo sistema e remetidos ao INSS;
- ✓ o Conselho de Administração da SPPrev passaria a ser paritário, com a ampliação para 14 membros, sendo 7 do governo e 7 escolhidos pelos servidores.

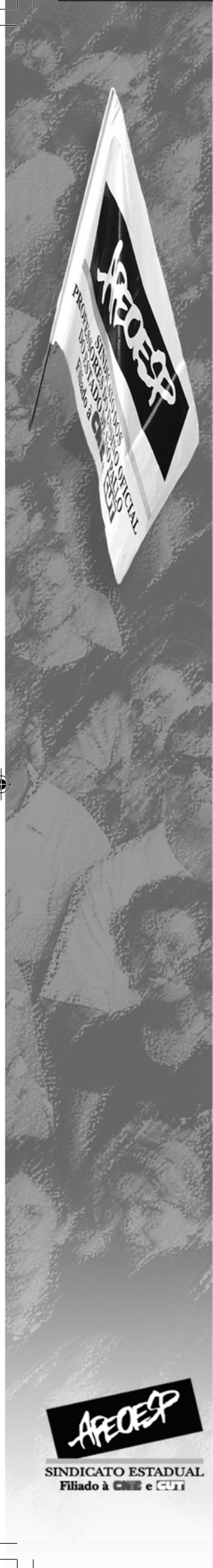
Como o governo não esclareceu o problema da perda de vínculo dos ACTs ao final do ano letivo, nova assembleia, em 4 de maio, aprovou estado de greve e um calendário de mobilização exigindo a retirada do projeto, pois o mesmo continuava a não atender nossas necessidades.

O governo fez nova emenda aglutinativa (pioorando novamente o projeto) para logo em seguida modificá-la novamente. No essencial, as alterações foram:

- ✓ ficam mantidos no sistema estadual os admitidos pela Lei 500 (como os ACTs) e estáveis que estiverem no serviço público na data de entrada em vigor da nova lei ou os ACTs que, no caso de perda de vínculo, sejam recontratados no prazo máximo de 90 dias. Os novos ACTs ou os que não retornem ao serviço público em noventa dias a contar da perda do vínculo passam ao regime geral da previdência (INSS);

**APEOESP**  
SINDICATO ESTADUAL  
Filiado à CNE e CUT





Com esta redação, o governo assume que todos os ACTs não têm qualquer garantia de emprego no final do ano letivo.

✓ o Conselho de Administração da SPPrev mantém-se paritário, com a ampliação para 14 membros, sendo 7 do governo e 7 escolhidos pelos servidores.

Nesta emenda, o governo afirma que as despesas da SPPREV com pagamento dos direitos previdenciários serão descontadas de verbas orçamentárias vinculadas, como por exemplo, as verbas constitucionais para a Educação.

### APEOESP pressiona governo federal

O governo estadual, na tentativa de mascarar suas contradições e esconder seu descompromisso com os direitos dos ACTs, tenta jogar a responsabilidade pela situação atual exclusivamente sobre o governo federal. A APEOESP conseguiu agendar audiência com o Ministro da Previdência, solicitando esclarecimentos sobre a situação dos ACTs. O Ministro Luiz Marinho deixou claro que cabe ao governo estadual absorver os temporários como permanentes. O Ministério acatará a indicação. Marinho também afirmou que o governo federal não determinou que a previdência estadual atenda somente os servidores admitidos até a promulgação da lei que instituirá a nova autarquia.

Após reunião, José Serra foi obrigado a encaminhar nova emenda afirmando que todos os servidores da Lei 500 e assemelhados seriam enquadrados na SPPREV.

Porém, esta nova emenda também não esclarecia a situação dos ACTs em relação à perda do vínculo. É imperativo que o governo assuma de vez a incorporação dos ACTs no conteúdo do projeto. A pressão da APEOESP e a mobilização dos professores surtiram efeito novamente: nova redação foi encaminhada.

### O projeto do governo não atende nossas necessidades

Trata-se de recuos importantes. Isto, porém, não elimina uma série de outros problemas, entre eles a ameaça de um futuro confisco salarial (através de aumento de alíquotas de contribuição); o não ressarcimento da dívida com o IPESP; a não isonomia dos proventos dos aposentados com os professores da ativa; não paridade na direção executiva da SPPrev e outros.

Por isso, os professores querem a retirada do projeto e um amplo debate para a elaboração de uma proposta que assegure direitos de todos os servidores.

### Campanha salarial prossegue

Nossa luta não se restringe à questão previdenciária. O governo se recusa a implementar a data-base. Pretende impor uma descabida avaliação de desempenho aos profissionais. Recusa-se a negociar nossas reivindicações salariais, profissionais e educacionais. Precisamos nos manter mobilizados em torno da luta por:

- retirada imediata do projeto da previdência;
- contra a avaliação de desempenho;
- melhores condições de trabalho;
- fim da aprovação automática;
- reajuste salarial imediato;
- piso salarial do DIEESE (R\$ 1.672,56 em abril);
- incorporação das gratificações com extensão aos aposentados;
- garantia de emprego e estabilidade a todos os professores;
- ampliação de atendimento no Iamspe e cota-parte do governo;
- por um novo plano de cargos e salários;
- pela derrubada do veto ao projeto de lei que fixa o número máximo de 25 alunos por sala de aula de 1ª a 4ª séries, 30 de 5ª a 8ª e 35 no ensino médio.

## LUTA PELA ESTABILIDADE

A mais recente emenda (Artigo 44) deixa claro que os professores ACTs que não conseguirem aulas no início do ano letivo não poderão ser demitidos. Com isso, os ACTs e estáveis terão o mesmo tratamento que os efetivos na questão previdenciária. Ainda não há qualquer esclarecimento por parte do governo em relação à efetivação e demais questões funcionais dos ACTs.

Em Brasília, nossa luta pela aprovação da PEC 54/99 que trata da estabilidade aos admitidos em caráter temporário continua.

Em 25 de abril, durante a Marcha em Defesa da Escola Pública, os servidores, entre eles professores de São Paulo, exigiram dos parlamentares urgência na tramitação da PEC. O presidente da Câmara dos Deputados, Arlindo Chinaglia, comprometeu-se a encaminhar a discussão sobre o assunto.

Após aprovação da PEC em Brasília, vamos pressionar o legislativo estadual para debater a alteração constitucional que nos garanta estabilidade, através de uma PEC Estadual.

**APEOESP**  
SINDICATO ESTADUAL  
Filiado à CNE e CUT



**EM DEFESA DA ESCOLA PÚBLICA, DO EMPREGO, DO SALÁRIO E DAS CONDIÇÕES DE TRABALHO. PELA RETIRADA DO PROJETO DA SPPREV. TODOS À ASSEMBLÉIA EM 23 DE MAIO, 11h., NO MASP.**

